



Ata 04/2022

**Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas no
Estado do Rio Grande do Sul – COMIRAT/RS
Reunião Ordinária Maio**

Data: 12/05/2022 às 14h

Local: Microsoft Teams

Presentes:

1. Aline Guimarães - DPE
2. Aldaisa Santos e Bruna Roth - Prefeitura de Caxias do Sul
3. Alfredo Martin - Psicólogo - COMIRAT/Rio Grande
4. Amanda Prestes - Servidora da Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo do Rio Grande do Sul
5. Bibiana Waquil Campana - Presidente do COMIRAT/RS e Servidora da Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo do Rio Grande do Sul
6. Claudete Lodi Rissini - Serviço de Acolhida e Orientação ao Migrante, Estação Rodoviária de Porto Alegre
7. Daniel Mourgues Cogoy - DRDH
8. Elton Bozzetto - Cáritas RS
9. Egídia Muraro – Serviço de Acolhida e Orientação ao Migrante, Estação Rodoviária de Porto Alegre
10. Gabriela Penna - Estagiária da Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo do Rio Grande do Sul
11. Gerson Godinho da Costa - Juiz da Justiça Federal
12. Geruza Maron - CREAS/Chuí
13. Gisele Netto - ACNUR
14. Giuliana Redin - UFSM
15. Hector Lopez - Cruz Vermelha Brasileira



16. Helena Maria Martins - SEDUC/RS
17. Ilson Silva - Departamento de Igualdade Étnico-Racial de São Leopoldo
18. Joice Kaefer - SSP/RS
19. José dos Santos Rosa de Oliveira - SEDEC/RS
20. Joseane Schuck - FMP
21. Karina Pecis Valenti – Estagiária da Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo do Rio Grande do Sul
22. Leonardo Marmontel – CIBAI
23. Loiva Serafini – CCDH/ALRS
24. Luciana Lee - ONG Cirandar
25. Mario Mottin - ERESUL
26. Neusa Heinzelmann - Conselho da Tuberculose
27. Neidi Itner – Espaço Mundo Esteio
28. Patricia Noschang – UPF
29. Paulo Alberti - Tenente Coronel da Brigada Militar
30. Pedro Gil Weyne - AVESOL
31. Ramacés - COMIRAT/Rio Grande
32. Regina Marques Parente - SEDUC/RS
33. Rodrigo Perla Martins - Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDUCADH) - Feevale
34. Roger Daniel - A Igreja de Jesus Cristo
35. Rosi Marrero - Secretaria Municipal de Assistência Social - Santana do Livramento
36. Sergio Ladeira - ABIN
37. Simone Peña – SICDHAS/RS
38. Valesca Teles Souto Ribeiro - Coordenadoria de Igualdade Racial e Migrantes - Canoas
39. Vivian Bianchini – CCDH
40. Wagner Crizel - CCDH/ALRS
41. Youdeline Obas – Área técnica da saúde do imigrante da SMS/POA

Pautas:



1. Informes

- a. Bibiana Campana (SJSPP) inicia a reunião informando a todas/os que a ata da reunião ordinária de abril foi enviada aos membros por e-mail e por WhatsApp no grupo do Comitê, mas ressalta que em virtude de uma falha no acesso ao Teams o documento pode estar incompleto - solicita o apoio de todas/os para a sinalização de quaisquer questões.
- b. Despedida Gabriela e Karina: Bibiana informa que esta é a última reunião de Gabriela e Karina como estagiárias do Departamento de Justiça e como apoio à presidência do Comitê. Agradece e reconhece a importância do trabalho desenvolvido por elas no período em que compuseram a equipe.
- c. Pedro Weyne (AVESOL) refere que a Polícia Federal reabriu o agendamento no site do atendimento na Delegacia em Porto Alegre. Outros membros do comitê informam que também voltaram a conseguir agendar atendimento normalmente.
- d. Karina Valenti (SJSPP) convida a todas/os para o evento "Acesso à educação para crianças migrantes e refugiados", promovido pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) e Fórum Permanente de Mobilidade Humana de Passo Fundo (FPMH/PF), a ser realizado no dia 01/06 às 13h30, no auditório do MPRS.
- e. Joice Kaefer (SSP/RS) informa sobre a reunião que participou em Brasília a respeito do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP). Relata que foi a primeira vez que participou da reunião com os núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas de todos os estados do Brasil. Segundo ela, há um grupo de whatsapp da rede nacional, que tem sido importante ferramenta para consulta. Nesse sentido, solicita que quaisquer notícias sobre tráfico de pessoas sejam divulgadas no grupo do COMIRAT/RS e refere que buscará mais informações sobre a organização dessa rede de núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas no atravessamento da questão migratória, de forma a realizar levantamento de espaços de mobilização/participação social nessas pautas. Bibiana Campana (SJSPP) solicita que se questione aos outros estados como têm sido tratadas as pautas de tráfico de pessoas e migrantes para qualificar as ações do RS, sobretudo na identificação de novos casos.



2. Decisão do STJ referente à suspensão dos efeitos da liminar que concedeu a autorização de entrada de familiares de haitianos sem visto no Brasil

Bibiana Campana (SJSPS) apresenta a decisão e questiona aos membros do comitê o que se observou a respeito da repercussão deste documento junto às comunidades haitianas no estado. Ilson Silva (São Leopoldo) informa que tem sido muito questionado sobre carta convite a haitianos e solicita mais informações. Pedro Weyne (AVESOL) também alega não saber desta decisão e solicita mais informações. No que tange ao trecho da decisão em que consta que a judicialização do acesso ao visto de reunião familiar estaria "fragilizando a política migratória e incluindo o Brasil na rota do tráfico de pessoas", Pedro refere como este é promovido quando a emissão de vistos é inoperante, pois restam aos migrantes apenas as rotas ditas "ilegais".

Daniel Cogoy (DPU) esclarece que, em 25 de abril, a decisão julgada pelo ministro presidente do STJ determinou a suspensão de todas as ações individuais e coletivas que tratam da dispensa de visto para haitianos entrarem no Brasil. Relata que acompanha uma ação coletiva que, por conta da decisão proferida no STJ, encontra-se suspensa. Informa que estava prevista a realização de uma audiência de conciliação, que possibilitaria a construção de acordo com o Ministério das Relações Exteriores para ampliar o acesso aos vistos pela Embaixada. Relata que a ação em comento foi a primeira ajuizada em Porto Alegre, mas que havia semelhantes em outros estados. Refere também que, atualmente, o processo encontra-se com STJ e STF, e que a DPU estava preparando um recurso, agravo regimental, para tentar reverter essa decisão. Citou que houve um caso em Santa Catarina, de juiz que se manifestou sobre uma ação de reunião familiar no Brasil argumentando que a decisão de suspendê-las de forma indiscriminada geraria risco grande para os haitianos, e violava artigos da Constituição, como acesso à justiça, mas que poucos juízes agem assim. Informa que os juízes não podem dar ou cumprir liminar nesses casos. O que pode ser feito é o que a DPU está fazendo: abertura de recurso no STJ, algo difícil porque, segundo ele, há um lobby muito forte no governo contra a entrada dos haitianos. Por fim, diz que toda mobilização é válida, levar à mídia, mobilizar a comunidade local, pois o governo está fazendo o oposto, no sentido de criminalizar a mobilidade humana.

Ilson Silva (Depto. Igualdade Étnico-Racial de São Leopoldo) questiona se existe um prazo de nova análise para rever a decisão em comento. Daniel Cogoy (DPU) responde que é difícil de



acontecer, mas o ministro é obrigado a submeter a decisão dele à Turma, ou à Seção do STJ. Ele vai ter que receber o agravo, vai dar vista para o governo se manifestar, e é obrigado a botar em pauta para julgamento o mais rápido possível. Portanto, não tem como conjecturar prazo. Nem sempre fazem de imediato, mas que de parte da DPU a pressão vai ser feita na medida em que o assunto for pautado, com a menor brevidade possível.

Elton Bozzetto (Cáritas) questiona se a decisão já está valendo, mesmo que haja um rito a ser cumprido, e se há possibilidades de vedar esta decisão. Com isso, sugere que o COMIRAT/RS faça uma manifestação através de nota pública, tendo em vista que a decisão está incentivando os processos irregulares, e até mesmo, estimulando a ação das quadrilhas de tráfico de pessoas. Acrescenta que pode-se buscar mobilização conjunta junto aos demais conselhos e comitês que compõem o Fórum Nacional.

Daniel Cogoy (DPU) responde que é uma decisão do presidente do STJ, e por isso, tem efeito imediato e nacional, em todas as ações que envolvem dispensa de visto de ingresso de haitianos no Brasil para fins de reunião familiar. Segundo ele, a DPU está buscando interpretação para não cumprir a decisão de maneira tão rigorosa. Relata que há informações informais sobre a defesa de interromper a concessão de visto humanitário para os haitianos dentro do Ministério das Relações Exteriores, mas que não há nada concreto. Daniel refere que a DPU fez uma recomendação para o MRE para que fosse mantido o visto humanitário ([Portaria Interministerial nº 29/2022](#)), mas precisa confirmar se houve resposta. Reforça que deve haver mobilização da sociedade civil para manter a portaria, em uma atuação preventiva.

Hector Lopez (Cruz Vermelha) pontua os preços abusivos para entrar no Brasil e nos EUA de forma irregular, e da quantidade de pessoas que são prejudicadas pela criminalização da migração. José Oliveira (SEDEC) reitera que o que diminui o legal aumenta o ilegal. Questiona se a dificuldade do visto de entrada não seria um início para dificultar o visto de permanência.

Gabriela Penna (SJSPP) afirma que a Lei de Migração garante a regularização migratória independente do status migratório. Daniel Cogoy (DPU), ao responder o questionamento de José, diz que a intenção do governo lhe parece ser de interromper quem está por vir, não quem já está aqui - relata haver interesse político de buscar “equilíbrio entre as nacionalidades que chegam ao Brasil”, recorrentemente colocando em termos estatísticos e comparativos com outros países, trabalhando com números absolutos e não assumindo que existe um problema.



Joice Kaefer (SSP) questiona a possibilidade de ao menos permitir que os familiares de quem já está aqui sejam permitidos, como uma forma de proposta mediana caso não se consiga o que se busca. Daniel Cogoy (DPU) responde que o MRE argumenta não estar restringindo a entrada de haitianos, referenciando a parceria estabelecida junto da OIM na Embaixada Brasileira em Porto Príncipe, ainda que a DPU argumente o sistema não funciona e as pessoas não conseguem acessá-lo.

Gabriela Penna (SJSPS) relembra que, com o fechamento das fronteiras em 2020, o COMIRAT/RS, junto ao OAB, mobilizou uma nota de ordem sobre esse tema, sugerindo que a nota proposta por Elton pode ter esse encaminhamento, haja vista o sucesso ulterior.

Todos de acordo aos encaminhamentos propostos.

3. GT Política Estadual e possível transformação do COMIRAT/RS em um Conselho

Bibiana Campana (SJSPS) informa o que já foi feito pelo GT até então. Pontua que o documento deve ser finalizado nas próximas reuniões e encaminhado à Assessoria Jurídica da SJSPS para, posteriormente, ser apresentado ao Comitê. Dentro desta discussão, a presidente introduz debate iniciado no âmbito do GT, a respeito da possibilidade de o Comitê tornar-se um Conselho Estadual, dada sua atual dimensão e complexidade. Segundo ela, a mudança fortaleceria o espaço, que deixaria de estar sujeito somente à sua presidência, buscando promover continuidade nas ações propostas.

Gabriela Penna (SJSPS) refere que a atual estrutura do Comitê se assemelha à de um Conselho, mas que a mudança concederia maior poder deliberativo, de posição política mais forte e com uma estrutura administrativa diferente. A estrutura prevê uma administração interna mais fortalecida comparado à do COMIRAT/RS hoje.

Helena Martins (SEDUC) entende ser um avanço que o COMIRAT/RS torne-se um Conselho, mas questiona em qual órgão ele estaria lotado. Esclarece que, quando se faz um Conselho, ele faz parte de uma Secretaria, podendo ter recursos próprios, mas pontua a fragilidade que lhe parece haver em permanecer na SJSPS, em razão das mudanças gestões, sugerindo, portanto, que fique vinculado ao Poder Judiciário, onde lhe parece haver mais recursos. Bibiana Campana (SJSPS) indica que ficaria na SJSPS, tendo em vista que este é o órgão competente pela gestão da pasta migratória atualmente.



Elton Bozzetto (Cáritas) cita o artigo 205 da Constituição, que descreve que o Conselho tem caráter normativo, deliberativo e fiscalizador, com intuito de fundamentar a capacidade de gestão maior de uma política enquanto comitê, ressalta que implementar uma política pública deve ser tratado como prioridade.

Helena Martins (SEDUC) pontua que o COMIRAT/RS se fortaleça, e que se essa mudança for necessária pelo julgamento da maioria, se pode fazer esse movimento tomando cuidado para não se fragilizar quando tenta pressionar o governo pelas políticas públicas. Que se deve ponderar se há força para fazer essa pressão ao governo.

Karina Valenti (SJSPP) refere como essa questão deve seguir sendo amadurecida, sendo feita análise de conjuntura para avaliar se é o momento propício para que essa mudança ocorra nesse momento. Relata como as violações de direitos humanos nas migrações vieram à tona para o debate público com o assassinato do Moise, mas que o período de eleições pode não ser favorável. Relembra a importância de que, havendo um conselho, se tenha respaldo federal para conferir-lhe poder deliberativo.

Helena Martins (SEDUC) ressalta sobre a importância de formar uma rede de proteção a migrantes na região Sul, possivelmente em diálogo com outros estados, quem sabe culminando na estruturação de um Conselho Nacional, pois entende que este fortaleceria a atuação dos Conselhos Estaduais. Ela avalia que alguns municípios poderiam ter conselhos municipais, como Caxias do Sul, ou locais de fronteira, como Rio Grande e Pelotas.

Bibiana Campana (SJSPP) pontua que o Fórum Nacional acabou de ser inaugurado, e que, apesar de não ter o peso de um conselho nacional, tem uma proposta similar de tratar-se de espaço de articulação e diálogo a nível nacional, podendo ser visto como um movimento inicial. Comenta que atualmente o Paraná é o único estado que tem Conselho constituído.

José Oliveira (SEDEC) pontua que, entendendo a necessidade de criar um Conselho Estadual, afirma sobre a importância de identificar se existem conselhos em outros estados, verificar como atuam e se têm sido efetivos, buscando a melhor estratégia de trabalho, com intuito de fortalecer a rede e levar essa proposta para o Fórum Nacional. E posteriormente, redigir um regulamento interno bem organizado, descrevendo a estrutura física, financeira, etc.

Elton Bozzetto (Cáritas) coloca que entende que o COMIRAT/RS está perdendo tempo não instituindo o Conselho Estadual e alega que se poderia estar efetuando uma política pública



concreta, por exemplo, a estruturação de um serviço de atendimento à população migrante. Enfatiza que é urgente o estabelecimento deste espaço e se está em um bom momento para essa instauração, considerando a maturidade da rede local.

Egídia Muraro (Serviço de Acolhida) reitera que o Conselho Estadual deve ser instituído o quanto antes, com receio de que com o novo governo se perca tudo o que foi feito nos últimos 10 anos. Claudete Rissini (Serviço de Acolhida) questiona se o regimento já não havia sido feito anteriormente. Também, relembra o que foi discutido na COMIGRAR e toda a mobilização que havia sido feita naquele momento, e como se deve aproveitar este momento de nova mobilização da rede e do governo local.

Bibiana Campana (SJSPS) agradece as manifestações de todos e convoca os membros a integrarem o GT Política Estadual para que se dê continuidade a este debate. Egídia Muraro (Serviço de Acolhida) se coloca no GT. Não houve desacordo quanto à transformação do COMIRAT/RS em um Conselho.

4. Informações sobre Warao e ucranianos

Alfredo Martin se apresenta como representante do COMIRAT/Rio Grande: informa ser psicólogo e trabalha com migrantes há mais de 40 anos, sendo um dos fundadores deste Comitê Municipal. Solicita que as reuniões sejam avisadas antes, e que a gravação da reunião ou ata sejam enviadas. Questiona sobre os migrantes que ainda não tem comunidades estabelecidas no RS e os que estão chegando, especialmente os indígenas Warao e os ucranianos. Comenta que já faz trabalho com uma migrante ucraniana com tradução.

Karina Valenti (SJSPS) relata haver número relativamente pequeno de famílias Warao no sul, que a maioria está no norte do país. Segundo ela, a presidência do Comitê tem conhecimento das 4 famílias residentes em Porto Alegre, que são grandes ainda que poucas. Comenta do pouco debate da rede sobre essa categoria migrante, sobre questões referentes à relação com o conselho tutelar, a geração de renda, a venda de artesanato, a inserção em feiras municipais e ao acesso à moradia. Entende que não há movimentação para que mais indígenas warao cheguem em Porto Alegre. Alfredo participa da criação do Conselho de Indígenas em Rio Grande, com 2 povos, em parceria com a FURG. Se coloca à disposição.



Gabriela Penna (SJSPS) relata que temos poucas informações sobre os ucranianos, mas relembra a presença da Bibiana em reunião com o governador em março sobre a chegada de 40 famílias em Nova Santa Rita, porém que não recebeu-se confirmação da chegada destas famílias. Além disso, comenta que o COMIRAT/RS estruturou carta de serviços para acolhida destas famílias, com informações da rede no Rio Grande do Sul. Joice Kaefer (SSP) pontua que 60 famílias chegaram no interior do Paraná, mas que não tem conhecimento se são as mesmas que estavam previstas para o RS. Ilson Silva (São Leopoldo) relata que, em Santa Cruz do Sul tem uma comunidade de ucranianos. Bibiana Campana (SJSPS) encaminha que na próxima reunião se traga mais informações sobre este fluxo.

José Oliveira (SEDEC) informa que teve notícia da chegada de 22 pessoas na segunda-feira em Curitiba e que são aguardados para chegar em torno de 48 em abril. Segundo ele, destes 48, a maioria são mulheres e crianças que irão para Guarapuava e depois para Prudentópolis onde há uma comunidade Ucraniana.

5. GT III Semana Estadual do Migrante

Bibiana Campana (SJSPS) apresenta atualização sobre a mobilização para organizar a terceira Semana Estadual do Migrante, sobretudo de forma presencial e buscando se aproximar das comunidades migrantes. Convida a todos para somar esforços e ações desse evento. Resume a programação sugerida até o momento. Elton Bozzetto (Cáritas) se coloca à disposição.

Helena Martins (SEDUC) sugere que a mesa sobre gênero seja construída com base na diversidade étnica e sobre a rede de proteção. Regina Parente (SEDUC) também questiona como será tratado o racismo e se o evento será propositivo no encaminhamento de propostas. Bibiana apresenta o projeto de instituição de espaço monitoramento de violações de direitos humanos contra migrantes afro-caribenhos no estado e a proposta de inaugurar esse espaço na Semana do Migrante.

Neusa Heinzelmann (Conselho da Tuberculose) questiona se não haverá discussão sobre questões de saúde. Segundo ela, o CEETB gostaria de propor e enfatizar doenças como TB e HIV. Refere que as populações de migrantes e refugiados são de vulnerabilidade para estas doenças. Neusa (Conselho da Tuberculose) traz a experiência do evento realizado pelo CEETB em setembro de 2021, em que foi elaborado um relatório com as propostas destrinchadas a partir dos debates e uma carta sobre tuberculose, trabalhando na perspectiva da conexão entre SUS e SUAS. Sugere que



isso seja trazido para a pauta da migração e se coloca à disposição. Da mesma forma, Joice Kaefer (SSP) questiona se haverá discussão sobre o tráfico de pessoas na programação da semana. Bibiana Campana (SJSPS) responde que não é possível abarcar todos os temas de grande relevância na programação do evento, que se há de priorizar algumas discussões. Karina Valenti (SJSPS) refere como a Semana Estadual do Migrante está buscando a promoção da incidência política em torno da participação social de migrantes e convida os membros do comitê a contribuírem com o no grupo de trabalho.

Não havendo mais apontamentos, encerra-se a reunião.